

POLÍTICA SOCIAL E EMANCIPAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Roberta Justina da Costa
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS
Bolsita FAPEAM do Programa RH- Doutorado

Resumo: O artigo tem como objetivo de refletir sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil no âmbito das políticas públicas na contemporaneidade no contexto brasileiro. Destaca as mudanças conjunturais na atual fase do capitalismo traz o pensamento marxiano sobre alienação e emancipação refletindo o ser social enquanto sujeito político vislumbrando uma nova sociedade guiada pelos interesses coletivos.

Palavras-chave: Estado. Sociedade Civil. Emancipação.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la relación entre el Estado y la sociedad civil en el contexto de las políticas públicas en la época contemporánea en el contexto brasileño. Destaca los cambios cíclicos en la fase actual del capitalismo trae el pensamiento de Marx sobre la alienación y emancipación que refleja el ser social como sujeto político concepción de una nueva sociedad guiada por los intereses colectivos.

Palabras clave: Estado. Sociedad civil. Emancipación.

INTRODUÇÃO

A participação entre o Estado e a Sociedade Civil nas propostas de políticas públicas permeia o processo decisório no atendimento das demandas sociais no Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que garante a participação da população na elaboração, implementação e controle social, reconfigurando o protagonismo do Estado e da sociedade civil organizada.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil no âmbito das políticas públicas, com o enfoque no processo de alienação e desalienação do ser social enquanto um sujeito político. O trabalho aqui apresentado é resultante das leituras realizadas para a elaboração da tese de doutoramento em Serviço Social, intitulado Atuação das Organizações da Sociedade Civil em Manaus na política pública da Criança e do Adolescente na última década. O recurso metodológico tem como base a pesquisa bibliográfica com o uso de uma abordagem qualitativa para as leituras e análise de alguns autores com destaque o pensamento marxiano recorrente

algumas obras clássicas de Marx, Marx e Engels, Gramsci, além de Coutinho e outros autores.

O estudo se divide em dois itens, o primeiro trata das mudanças conjunturais do capitalismo contemporâneo, e seus reflexos nas relações do Estado com a Sociedade Civil Organizada, nesse contexto traz a análise marxiana envolta no processo de alienação e emancipação do ser social; o segundo item traz uma reflexão sobre o Estado e a Sociedade Civil nos processos decisórios das políticas públicas via participação nos conselhos gestores, bem como a atuação das organizações sociais enquanto lócus de diálogo na definição de projetos coletivos.

1. Alienação versus Emancipação na relação Estado e Sociedade Civil: breve reflexão marxiana

Ao refletir sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil alguns aspectos da análise marxista nos elucidam sobre o processo contraditório entre a alienação e emancipação social dos sujeitos. Na tese de Marx que o homem é um ser social e a sociedade é dinâmica permeada pelas transformações ocorridas na esfera de produção, do trabalho, do consumo que influenciam em todos os aspectos da vida social. O caráter cosmopolita e devasto da sociedade capitalista se movimenta e se transforma, diante das crises do capital, a acumulação capitalista ganha uma nova roupagem visando apenas um alto índice de lucratividade com base na exploração do trabalho.

[...] a necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas, na captação da mais-valia das empresas terceirizadas para as quais são transferidos os riscos das oscilações de mercado. [...] Envolve a intensificação do trabalho e a ampliação da jornada, a redução dos postos de trabalho e a precarização das condições e dos direitos do trabalho. Reduz-se a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção, com elevação da composição técnica e de valor do capital, ampliando o desemprego estrutural. (IAMAMOTO, 2008, p.143-144).

Vale ressaltar que o padrão de produção contemporâneo é marcado pelo avanço tecnológico da automação com o uso da robótica, que dispensam trabalhadores e apresentam novas formas de relações trabalhistas como subcontratação, trabalhos temporários, terceirização, recria o trabalho em domicílio com ausência de direitos

sociais e vínculos empregatícios. O emprego do *just in time* e o *kanban* visando assegurar o controle de qualidade e o estoque altera a lógica da gestão do trabalho, criando um grupo de trabalhadores multifuncionais e polivalentes altamente qualificados para o trato das novas tecnologias.

Os parâmetros do espírito do toyotismo inscrito no sistema/método *just in time/kanban* e na autonomia – isto é, *produção enxuta, comunicação instrumental e colaboração do trabalho vivo* – se reverberam na totalidade social, tornando imprescindível, nesse caso, a formação de sujeitos humanos (trabalho vivo) com *disposição anímica para colaborar*, requisito necessário da autonomia na produção capitalista. (ALVES, 2013, p. 240).

Desse modo, as tecnologias informacionais do capital que poupam a mão-de-obra humana, conseqüentemente trazem um efeito devastador na classe trabalhadora, elevam-se os padrões de desigualdades sociais com o aumento dos índices de desemprego, da precarização do trabalho e da pobreza.

Outro fator é fragmentação da classe trabalhadora que ocorre devido ao declínio da sindicalização e da frágil organização política entre os trabalhadores que se dividem em dois grupos, os que são empregáveis com a estabilidade frente sua qualificação e intelectualização, e os subcontratados que flutuam no mercado de trabalho com contratos por tempo determinado e sem direitos trabalhistas assegurados.

As mudanças ocorridas no cenário global na esfera da produção na atualidade sob o efeito da reestruturação produtiva baseada flexibilização e aliada ao capital financeiro e ao ideário neoliberal afetam diretamente a relação do Estado, da sociedade civil e das políticas sociais que direcionam na contramão dos direitos de cidadania que foram conquistados progressivamente na luta travada entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores.

Na obra *Ideologia Alemã* Marx e Engels traçam a crítica à constituição da Sociedade Civil e do Estado Burguês uma vez que se voltam aos seus próprios interesses.

[...] A sociedade Civil como tal apenas se desenvolve com a burguesia; a organização social que se desenvolve a partir diretamente da produção e do intercâmbio, e que em todos os tempos forma a base do Estado e da restante superestrutura idealista [...]. O Estado adquiriu uma existência particular a par, e de fora, da sociedade civil; mas ele

nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa como internamente, para a garantia mútua de sua propriedade e dos seus interesses [...]. (MARX e ENGELS, 2009, p.110-111-112)

A obra *Para a questão judaica* escrita por Karl Marx ressalta que a emancipação política se difere da emancipação humana, esta segunda significa a que o homem retoma a sua essência enquanto ser social, ou seja, ser genérico, reconhecendo a sua própria força como força social, eliminando toda forma egoísta e individualista. Nesse sentido traz a reflexão sobre o Estado político completo na descoberta dos interesses coletivos.

O Estado político completo é, pela sua essência, a vida genérica do homem em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos da vida egoísta continuam a subsistir fora da esfera do Estado na sociedade civil, mas como propriedades da sociedade civil. Onde o Estado político alcança o seu verdadeiro desabrochamento, o homem leva – não só no pensamento, na consciência, mas na realidade, na vida – uma vida dupla, uma [vida] celeste e uma [vida] terrena: a vida na comunidade política (em que ele se faz valer como ser comum) e a vida na sociedade civil (em que ele é ativo como homem privado, considera os outros homens como meio, se degrada a si próprio à [condição] de meio, e se torna o juguete de poderes estranho). [...] (MARX, 2009, p. 50-51).

As obras de Marx trazem a crítica e a superação da sociedade capitalista com a eliminação da propriedade privada por entender que a essência humana é social, sendo possível um mundo mais democrático vinculado a uma perspectiva humanista propõe o comunismo cujo objetivo é alcançar o desenvolvimento do indivíduo por meio do coletivismo.

No Terceiro manuscrito econômico-filosófico Marx apresenta utilizando o método dialético da outro sentido a categoria hegeliana da alienação, mostrando o caminho, o movimento para a superação da alienação com a emancipação do ser social.

Para chegar ao comunismo/naturalismo é necessário por meio do processo de mediação, a passagem pela experiência da consciência para que ocorra a superação. No método dialético não há determinação sem negação, sem enfrentamento.

No comunismo grosseiro o homem é bruto, sem necessidades, não só superou a propriedade privada como ainda não chegou a ela. [...] *o comunismo grosseiro, surge, portanto, como simples forma fenomenal da desonra da propriedade privada, que pretende propor-se como comunidade positiva.* (MARX, 2003, p.137).

Marx explicita que no segundo movimento, *o comunismo a) ainda de particularidade política, democrático ou arbitrário; b) com a eliminação do Estado, mas ao mesmo tempo realidade incompleta e afetada pela propriedade privada, ou seja pela alienação do homem.* [...] (Ibidem).

No terceiro *o comunismo é a eliminação positiva da propriedade privada como auto-alienação humana e, desta forma, a real apropriação da essência humana pelo e para o homem.* [...]. *O comunismo como naturalmente evoluído= humanismo* [...]. (MARX, 2003, p.138)

A tese marxiana é que A essência do homem é o ser social, com a superação da autoalienação ocorre o retorno do homem a si mesmo enquanto ser social, consciente, *um ser genérico determinado.*

Para a elucidação de algumas questões referente à emancipação social e a eliminação da alienação passando pelo processo de desalienação, com o retorno do homem a sua essência enquanto um ser social.

Na crítica do sistema econômico da sociedade capitalista, Marx aponta que a essência subjetiva da propriedade privada no sujeito é o trabalho. A questão está na propriedade privada dos meios de produção na sociedade industrial. Toda riqueza se transforma em riqueza industrial alcançando o máximo de alienação.

A alienação é algo externo ao homem, o trabalho alienado não faz parte da essência humana. O homem nega-se a si mesmo, não há consentimento, não há também o reconhecimento do trabalho. A relação entre trabalhador com o seu trabalho é um processo alheio. Na obra *Para questão judaica* Marx aponta que [...] *O dinheiro é a essência – alienada ao homem – de seu trabalho e da sua existência; e essa essência estranha domina-o, e ele adora-a.* (MARX, 2009, p.77).

No tocante a relação entre propriedade privada e o trabalho alienado acontece em dois níveis: com o ato de produzir (atividade laboral) e com o produto do seu trabalho (resultado). Para a desalienação o trabalhador deve sair de si para o retorno a si mesmo, para recuperação da sua essência enquanto ser social.

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou ser genérico; só quando o homem reconheceu e organizou as suas ‘forças próprias’ (forças próprias) como forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política- só então que está consumada a emancipação humana. (MARX, 2009, p.71-72).

Decerto, a alienação remete a um sentido do ter (exterior) e não do ser da essência humana (natureza). A propriedade privada torna o homem egoísta, parcial, como possuidor de um objeto na sua utilização, na alimentação, vestuário, habitação e tantas outras formas. Sendo assim, todos os sentidos físicos e intelectuais são substituídos pelo simples alienação dos sentidos expressos no sentido do ter. A redução do homem na miséria absoluta leva-o a dar sentido a sua riqueza do ser, recuperado com o processo de superação da alienação.

A eliminação da propriedade privada significa a emancipação total do homem de todos os sentidos e qualidades. A o retorno do homem a si, a necessidade perde o seu caráter egoísta e a natureza a sua mera forma utilitária ganhando o significado da utilização humana, o objeto torna-se um objeto vinculado à ação humana, *criado pelo homem para o homem*.

Na produção do *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels apontam que a sociedade deve ser guiada por um novo regime, o comunismo apresentando novos valores que se antepõe a ideologia burguesa, com a extinção da propriedade privada e a elevação da classe operária como grupo dirigente da sociedade.

O objetivo do comunismo seria alcançar a abundância e o pleno desenvolvimento do indivíduo. Trata-se, portanto, de uma nova forma de coletivismo. Seu objetivo – verdadeiramente radical – não é submeter o indivíduo à coletividade, e sim ao contrário: submeter a coletividade ao pleno desenvolvimento de cada indivíduo. [...]. (SANTOS, 1998, p. 105).

Na mesma linha de Marx quanto à formação de uma nova sociedade sob as bases da coletividade Antonio Gramsci destaca a importância da associação para construção de um patrimônio social que não enfatiza os bens materiais, rumos necessários para o comunismo.

[...] a associação tem como finalidade precípua educar para o desinteresse: nela, ahonestidade, o trabalho, a iniciativa tornam-se fins em si mesmos, proporcionando aos indivíduos apenas satisfação intelectual e alegria moral, não privilégios materiais. A riqueza que cada um pode produzir em medida superior aos carecimentos da vida imediata pertence à coletividade, é patrimônio social [...]. (GRAMSCI, 2004, p. 155 -156).

Gramsci aponta que não basta associação de pessoas do ponto de vista quantitativo no sentido da aglomeração física e sim do ponto de vista das ideias que deve ser dinamicamente amadurecida e de forma recíproca[...] *A ‘união’ não é só aproximação entre corpos físicos: é comunhão de espíritos, é colaboração de pensamento, é apoio recíproco de aperfeiçoamento individual, é educação recíproca e recíproco controle.* [...]. (Ibid., p. 212).

Sendo fundamental que os sujeitos sociais dentro da sua individualidade sejam movidos por uma vontade universal para superação dos interesses ‘econômico-corporativos’ seguindo a orientação da consciência ‘ético-política’. (COUTINHO, 2003, p.248).

Nesse sentido a emancipação do homem torna-se fundamental para construção de uma vontade coletiva, o pensamento gramsciano revela a concepção de Estado ampliado formado pela sociedade política (Estado-Coersão) juntamente com a sociedade civil (grupos e classes sociais que formam “aparelhos *privados* de hegemonia”) procuram assim de forma democrática erguer uma nova sociedade. Enfatizando um espaço público sem coerção baseado no consenso e na eliminação da sociedade dividida em classes antagônicas. [...] *a necessidade de formas de contrato entre governantes e governados, de um mínimo de regras procedimentais e de valores ético-políticos.* [...] *a proposição gramsciana do contrato [...] cada vez mais, no rumo de uma ‘sociedade regulada’ ou comunista.* (Ibid., 250)

Acreditando na participação política e na interação entre os sujeitos sociais fonte inesgotável para um aprimoramento intelectual levando a autonomia e liberdade no processo democrático para a consolidação da *vontade coletiva* como fim da alienação frente às posições autoritárias, individualistas dos estados totalitários.

Socialismo significa para Gramsci – como para Marx – o fim da alienação, da heteronomia dos homens diante de suas próprias criações coletivas; com a superação da alienação, abre-se a possibilidade de que os homens construam autonomamente a sua própria história e controlem coletivamente as suas relações sociais [...].(COUTINHO, 2003, 268)

Na fase atual do capitalismo o processo de alienação se aprofunda na busca pelos bens e serviços que são oferecidos pelo mercado, o fetiche da mercadoria afasta o homem da sua essência de ser social, acirra-se exploração do trabalho humano e as

desigualdades sociais em suas diversas formas, a violência se materializa no aprofundamento da pobreza e na discriminação e preconceito com o diferente. O ter se sobrepõe ao ser.

O que fragiliza o fortalecimento pela busca pelos direitos coletivos na frente a “onda” conservadora que se estabelece no cenário contemporâneo, o que não significa que os grupos sociais da sociedade civil que estão se organizando politicamente e se legitimando na relação entre Estado e sociedade civil, apresentando dois lados de uma mesma moeda. A constituição de uma esfera pública não estatal organizada por segmentos da sociedade civil parceira do Estado, que gerencia os programas e projetos de combate à pobreza e exclusão social cada vez mais pontual e seletivo de um lado; e a formação de um espaço de disputa de interesses, busca de recursos e convênios para a manutenção dos programas e projetos na sociedade por vezes nada harmônica quanto parece ser do outro lado.

[...] esfera pública não estatal pode [...] reconstruir uma tensão democrática e autêntica entre Estado e Sociedade Civil, materializada através da configuração de um novo espaço público, não ‘estatal’ e nem ‘privado’. Um espaço onde é possível organizar uma esfera para disputas e consensos – uma nova esfera organizada por lei, ou por contrato político, ou por ambos - [...] (ROTTA, 2003, p.10).

O desafio se faz na construção de estratégias que possibilitem a politização dos integrantes tanto da esfera estatal, quanto da esfera pública não estatal vislumbrando políticas sociais universais garantidoras dos direitos de cidadania.

2. Estado e Sociedade Civil no contexto das políticas públicas no Brasil

Um dos avanços do texto constitucional de 1988 no Brasil é a questão da gestão democrática das políticas sociais no contexto brasileiro foi construída pela luta dos segmentos populares, apesar dos seus limites frente à fragilidade da democracia representativa e da participação política e social da população brasileira recém-saída de um processo ditatorial altamente centralizador. E apesar da incipiente democracia das últimas três décadas o país a luta é árdua na busca pela efetivação dos direitos sociais.

Os Conselhos gestores de políticas públicas são considerados uma inovação da

constituente no que refere à gestão democrática se contrapondo ao clientelismo, patrimonialismo e autoritarismo que marcam o Estado Brasileiro. (RAICHELIS, 2007).

[...] a experiências dos conselhos como espaço de controle democrático espraiou-se territorial e politicamente, o que não significa que houve uma redemocratização efetiva do Estado brasileiro, mas que este é um processo em curso e em disputa, com potencialidades democráticas, mas também repleto de práticas antidemocráticas [...]. (BERHING & BOSCHETTI, 2006, p.184)

Sem dúvidas, a incipiente democracia com a participação da população nos conselhos gestores de políticas públicas tem um significado impar no processo de formulação e implementação e controle social na medida em que se constrói uma relação ainda que fragilizada entre Estado e sociedade civil na gestão pública, ampliando dessa forma o sentido da participação popular na contemporaneidade.

[...] a ocupação deste espaço participativo deve ser conquistada pela sociedade civil, pois o fato de ter sido institucionalizada a participação como nova forma de gerir a coisa pública não significa uma gestão democrática e nem um direcionamento nos rumos da política pública. Portanto, é necessário ocupar politicamente os espaços institucionais. (FERNANDEZ, 2012, p.99)

O que nos remete a pensar na participação enquanto um processo dinâmico que remete a essência do ser social como ato político de [...] *'fazer parte', 'tomar parte', 'ser parte' de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas [...]*. (TEIXEIRA, 2001, p. 27).

O desmonte da alienação não é tão simples como parece, a construção do ser na liberdade e na negação constante de si mesmo em busca das ações coletivas exige um grau de autonomia e uma independência constante dos sujeitos, um amadurecimento nas tomadas de decisões em prol da coletividade e dos ideais em favor dos direitos sociais que garantam a reprodução da sociedade sem exploração e dominação entre os homens, respeitando os princípios e valores da dignidade humana.

[...] Ser político é aquele que sabe planejar e planejar-se, fazer e fazer-se oportunidade, constituir-se sujeito e reconstruir-se de modo permanente pela vida afora, conceber fins e ajustar meios para os atingir, exercer sua liberdade e sobretudo lutar contra quem a queira

limitar, gestar-se cidadão capaz de história própria [...]. (DEMO, 2003, p.30).

Nesse sentido, o sujeito enquanto ser político define sua própria identidade e a partir daí volta-se para a conquista do considera como bom para a comunidade a quem pertence e conseqüentemente a projetos mais amplos no âmbito da gestão social. [...] *a viabilização da gestão social passa, necessariamente, pelo movimento de construção e articulação entre os projetos individuais, coletivos e societários* (MAIA, 2005, p.177).

Destarte para o protagonismo das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que vem atuando tanto na execução dos programas, projetos e serviços sociais nas últimas três décadas, quanto na participação social via inserção nos conselhos de políticas públicas consolidando um *espaço público não estatal*.

[...] as organizações sociais constituem-se em espaços coletivos importantes para a construção dos projetos individuais, indispensáveis à cidadania. Nesse ambiente, os projetos coletivos são constituídos em meio a sua explicitação e confronto com outros projetos individuais (MAIA, 2005, p. 117).

Assim, destaca-se no cenário político, uma gestão democrática e participativa que apesar dos seus limites deve levar ao fortalecimento da relação entre Estado e Sociedade Civil Organizada no processo de formulação e implementação da política pública, levando em consideração as demandas sociais e a luta dos diversos atores para a consolidação da cidadania social.

Moroni ressalta a importância da democracia participativa na vida cotidiana para a universalização da cidadania, visualizando a democracia como algo concreto na vida das pessoas, não podendo ser mera abstração. Aponta que se [...] *deve proporcionar aos cidadãos a participação plena nas questões que lhe dizem respeito, além de favorecer a soberania, a autodeterminação e a autonomia*. (2009, p.116)

A criação de espaços que ocorre o diálogo e a reflexão sobre a política se torna primordial para a construção democrática, bem como para a tomada de decisão no espaço público.

Para Demo, a [...] *cidadania pressupõe o Estado de direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres*. (2009,

p.70). O reconhecimento da pessoa enquanto sujeito de direitos e de deveres caminha para qualidade da cidadania no sentido que os sujeitos devem assumir o interesse comunitário de cooperação e de co-responsabilidade.

O protagonismo do sujeito perpassa pela sua tomada de decisão frente ao processo democrático que é permeado por interesses distintos que se entrelaçam para efetivação da cidadania coletiva, sendo fundamental a autonomia do sujeito e a sua vinculação a projetos coletivos para que de fato se possa avançar nos interesses societários dentro de um contexto em que possa existir o respeito a dignidade humana.

CONCLUSÃO

As mudanças ocorridas na política social no contexto brasileiro nas últimas três décadas, tanto do ponto teórico quanto prático trouxeram mudanças significativas no sentido de trazer a discussão da luta pelos dos direitos sociais da população, sendo fundamental a universalização dos serviços sociais e a participação da sociedade civil.

Em suma, a política social no âmbito da cidadania exige um processo de emancipação no desvencilhar da alienação que é posta pelos projetos individualista e corporativista para que o protagonismo dos sujeitos sociais possa vislumbrar o projeto coletivo e societário que garanta a legítima participação social via democracia na formulação, implementação e controle social das políticas públicas a partir da atuação nos conselhos.

Os conselhos de políticas públicas se tornam um *lócus* para se efetivar a participação social em prol do interesse coletivo, espaço de discussão e decisão política entre interesses e propostas distintas na arena composta pelos representantes do Estado e da sociedade civil traçam os rumos da política social no Brasil contemporâneo, tarefa árdua frente ao momento de crise política, econômica e social que pressionam ainda mais pela redução dos direitos sociais e que ameaçam a relação entre a política social e a emancipação.

O desafio está em manter o ser social enquanto um ser político e protagonista do seu tempo, lutando pelos interesses coletivos e se indignando com o cenário marcado pela barbárie social via exploração do trabalho, violência urbana, pobreza e exclusão social.

Referências

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. In: **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Infância violada**: políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil no Amazonas. Manaus: Edua, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos, vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MAIA, Marilene. **Práxis da gestão social nas organizações sociais**: uma mediação para a cidadania (Tese de Doutorado). PUCRS, Porto Alegre, 2005.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. Tradução José Barata Moura. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Álvaro Pina. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. O manifesto do partido comunista. In: **O manifesto do partido comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2011.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In:AVRITZER, Leonardo. (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo, Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

PEREIRA, Camila Potyara.**Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. Brasília, 2013. 307p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília/UnB, 2013.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e o trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

_____. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**.2. ed. ver. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

ROTTA, Edemar. Novas mediações societárias entre o público e o privado. **Textos e Contextos**. Porto Alegre, n.2, 2004.

SANTOS, Theotônio dos. O manifesto comunista e o marxismo como projeto. In: **O manifesto comunista 150 depois**. Rio de Janeiro: Contrapontos; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador, UFBA, 2001.